

## ATA Nº 22

Aos trinta dias do mês de junho do ano de **dois mil e vinte e um**, pelas 09: 15 minutos, teve lugar, no **Auditório do CILV – Centro de Inovação e Logística de Valença**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue: \_\_**

<b>I – Período de “Intervenção do Público”</b>	
<b>I – Período de “Antes da Ordem do Dia”</b>	
<b>II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:</b>	
<b>1.º</b>	<b>Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal</b>
<b>2.º</b>	<b>Relatório de Gestão e Contas 2020</b>
<b>3.º</b>	<b>Relatório de Gestão e Contas Consolidado 2020</b>
<b>4.º</b>	<b>Nomeação de Auditor Externo para o Exercício de 2021</b>

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. \_\_\_\_\_

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Vítor Manuel Costa de Oliveira, Luís Manuel Gomes Amorim, António Joaquim Dias e João Batista Alpoim, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros, Ana Cláudia Gomes Moreira, Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte, Luís Araújo e Francisco Teixeira. \_\_\_\_\_

Verificou-se a falta de Isabel Granjo Vaz. \_\_\_\_\_

Verificadas as **substituições e faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros:

Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Elisabete Frade Lopes Viana; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da Conceição Costa Correia; Jorge Moura Rodrigues; Vasco

Rodrigo Marques Severino; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Ana Raquel Soares Sanches; Avelino António Oliveira Marinho; Ana Cláudia Gomes Moreira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte; José António Lopes Nogueira; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Orlando Vasco da Cunha; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Rui Miguel Araújo Ferreira; Manuel António Soares de Brito; Francisco José Rodrigues Romeu; Luís Araújo; Francisco Teixeira; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. \_\_\_\_\_

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Rodrigues Lopes** e os **Vereadores**, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues; Mário Rui Pinto de Oliveira; Liliana Mateus Fernandes Cerqueira; Anabela de Jesus Sousa Rodrigues e Lúcia Augusta Lopes Pereira.

Depois de estarem todos devidamente acomodados o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que a sessão da Assembleia Municipal cumpre todas as regras emanadas pela DGS, pelo que alertou para o uso obrigatório da máscara durante toda a sessão, desinfeção das mãos, um único sentido de circulação no interior do auditório, assentos designados sem possibilidade de qualquer troca, etc. \_\_\_\_\_

Assumiram funções para 1º e 2º secretário, os Membros Srs. Paulo Esteves e Elisabete Viana, respetivamente. \_\_\_\_\_

Todos os Membros intervenientes fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções. \_\_\_\_\_

### **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Neste período não se verificou intervenção do público.

### **II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

Dando início a este período o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que o projeto da **ata n.º 21** foi objeto de recolha de sugestões/correções e procedeu à abertura de discussão e não tendo surgido intervenções, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, num

universo de **25 (vinte e cinco) votantes** deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **ata nº 21**, referente à sessão ordinária realizada, no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um. Os membros Vasco Rodrigo Marques Severino e Ana Raquel Soares Sanches nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Decreto- Lei nº 4/2015 de 07 de janeiro não participaram na votação da ata por não terem estado presentes nessa sessão. \_\_\_\_\_

Seguidamente foi aberto um período para apresentação de propostas e moções. O **Presidente da Mesa** informou que deram entrada na Mesa, quatro propostas todas da CDU.

O **Presidente da Mesa** solicitou que o Grupo Municipal da CDU fizesse a apresentação das propostas. \_\_\_\_\_

O membro **Cláudia Labrujó** após as saudações protocolares procedeu à apresentação das quatro propostas:

**Proposta número um**  
**“Pela aproximação da população à política local**

Considerando que:

1. Estando o mundo a atravessar uma pandemia em que os direitos não estão suspensos, mas a mobilidade para a eles se chegar estão restritos;
2. Sendo o dever dos órgãos políticos primar pela transparência e total disponibilidade para que a população tenha toda ela acesso e conhecimento das discussões, deliberações e trabalhos por eles tratados;
3. À semelhança do que tem vindo a ocorrer em todos os concelhos do Alto Minho;

Pelo exposto, a CDU vem propor que a Assembleia Municipal de Valença, na sua reunião ordinária a realizar no dia 30 de junho de 2021 delibere:

**Autorizar a transmissão em direto do decorrer dos trabalhos de ora avante das futuras Assembleias Municipais, seja pelos meios áudio e imagem ou somente áudio com a colaboração dos meios de comunicação social que tenham suporte técnico para tal efeito.”**

**Proposta número dois**  
**“Preservação do património imobiliário.**

Considerando que:

1. O coreto se encontra dentro do Jardim Municipal de Valença, é um ícone das vivências e entretenimentos da nossa população local, tem sido um local de encontro, um local de brincadeiras, mas acima de tudo um local onde houve inúmeras vezes manifestações culturais, construído, idealizado para tal fim e ainda em excelente estado de conservação para os anos a que remonta, carecendo contudo de obras de restauro;

2. Sendo este elemento parte integrante da estrutura base do Jardim Municipal de Valença;
3. Tendo sido afirmado nesta Assembleia pelo senhor Presidente de Câmara que o coreto do Jardim Municipal não estava classificado como património municipal;
4. Na sequência de um pedido formulado no passado dia 24/06/2021 ao Presidente desta Assembleia e do qual não obtivemos resposta;

**SOMOS A PROPOR:**

Que o Coreto agora não inscrito como Património Municipal passe a constar na listagem de património municipal.”

**Proposta número três**  
**“Pela reposição do património imobiliário “**  
**Lago do jardim**

Considerando que:

As obras realizadas em 2016 no Jardim Municipal de Valença, com o intuito de obter mais espaço para as atividades culturais que ali se poderiam realizar levou a que esta Autarquia viesse a tapar com material de cor terra um dos mais emblemáticos espaços do dito jardim, o lago onde outrora se ouvia o ruído natural de água a brotar, o mesmo servia de albergue para algumas espécies aquáticas que deliciavam o tempo ali passado de crianças e adultos;

**Somos a propor:**

O desaterro do lago e que o mesmo volte ao seu funcionamento habitual estudando alternativas para que, quando necessário, esse mesmo local possa ser ocupado de forma esporádica.”

**Proposta número quatro**  
**“Pela reposição do património imobiliário”**  
**Fonte de Cristelo:**

Considerando que:

As obras de realização de uma ciclovia na Avenida de Cristelo vieram castrar alguns elementos patrimoniais, tais como os bancos da Fonte de Cristelo datada de 1867, estes bancos tinham como função a colocação dos cântaros para as mulheres os levarem à cabeça para procederem ao seu transporte, ora na missão de salvaguardar o património histórico material e imaterial;

**Somos a propor:**

A reposição dos bancos pertencentes a esta Fonte voltem a ser recolocados no seu devido local.”

Após a apresentação dos documentos foi feita uma interrupção nos trabalhos, de dez minutos, para análise das mesmas e posterior discussão. A sessão foi retomada às 11h00.

De regresso aos trabalhos da sessão verificou-se a ausência do primeiro secretário, por motivos pessoais. A segunda secretária assumiu o lugar de primeira secretária e para segunda secretária foi avocado o membro Paula Natal.

Seguidamente foi aberto um período discussão das moções apresentadas. Inscreveram-se para intervir os membros José António Nogueira, Óscar Silva e Inês Ferreira.

**José António Nogueira:** Após as saudações protocolares disse que em relação à proposta **“Pela reposição do património imobiliário Fonte de Cristelo”** votará favoravelmente pelo valor patrimonial que se pretende preservar ou recuperar. Quanto à proposta **“Pela aproximação da população à política local”** também votará favoravelmente. Quanto à do coreto como património municipal, perguntou o seguinte: o coreto foi sofrendo modificações ao longo dos tempos, a cobertura não é a original. Para ser património municipal terá que ter um valor acrescentado. Perguntou quando é que foi construído, qual a história do coreto, o que é que existe de original. Só na posse dessas informações é que poderá votar conscientemente sobre a proposta. Em relação ao lago, disse que não é o original, parecendo-se, o atual, mais com uma piscina. E, pois isso, para poder votar em consciência, perguntou qual é o projeto que a Câmara tem para o Jardim Municipal que envolva o coreto e o lago e o que é que pretende construir na zona. Posto isto, disse reservar a sua votação, quer para o lago, quer para o coreto, para os esclarecimentos que venham a ser prestados. Caso os esclarecimentos não o satisfaçam abster-se-á.

**Óscar Silva:** Após as saudações protocolares disse que o grupo municipal do partido socialista votará favoravelmente as quatro propostas da CDU, deixando, no entanto, a votação da proposta do coreto municipal condicionada ao facto de saber se pertence ou não ao património municipal. Se não for, votarão favoravelmente também essa proposta.

**Inês Ferreira:** Após as saudações protocolares começou por dizer que, como todos sabem, cresceu naquele jardim e de facto, o último lago que o jardim teve não tinha nada a ver com o lago da sua infância. O último lago que existiu no jardim era propenso a que nas tardes de calor as crianças fossem para lá e atendendo a que o lago se encontrava eletrificado constituía um perigo. Várias vezes alertou a Câmara Municipal para esse perigo e para o facto de não existir uma vedação ao redor do lago que impedisse o acesso ao mesmo. Seria muito difícil hoje em

dia, retomar o lago tal como era na sua infância, tendo em conta as restrições em termos de segurança, por essa razão o grupo municipal do PSD irá votar contra.

Relativamente à **“Aproximação da população à política local”**, sendo esta a penúltima Assembleia Municipal, antes das eleições autárquicas, não devem obrigar os Membros da próxima Assembleia Municipal a uma decisão tomada pelo atual órgão deliberativo. Essa é a razão por que entendem se deve adiar esta discussão. O próximo órgão da Assembleia Municipal se pronuncie e, portanto, neste momento, votarão contra.

Quanto à Fonte de Cristelo, esta é de 1867 e isso está salvaguardado. Os bancos são do século XX, ainda há quem se lembre de eles serem colocados. Quanto a esta proposta votarão contra.

Em relação ao coreto do jardim Municipal disse que os considerandos e o texto da proposta remetem para coisas diferentes porque no terceiro considerando refere que o senhor Presidente da Câmara terá dito que o coreto não estava classificado como património municipal e a proposta vem num sentido que passe a constar da listagem do património municipal. O coreto faz parte do jardim e este é um bem público do Município, portanto, já é património municipal. Quem tem a competência para classificar de interesse municipal um determinado património será a Direção Regional da Cultura do Norte de acordo com a Lei 107/2001, de 8 de setembro. Mas a classificação de um bem como de interesse municipal vai limitar o poder de gestão da câmara. Por exemplo, só a Fortaleza é que está classificado como património nacional, tudo o que está no interior, todas as construções não estão. Votarão contra porque o coreto já faz parte do património do Município porque está integrado no jardim, é um bem público do Município.

Após as intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Senhor Presidente que podia dar a informação solicitada pelo Membro José António Nogueira.

**Presidente da Câmara Municipal:** Após as saudações protocolares começou por dizer que o Jardim Municipal é património municipal assim como tudo o que está inserido dentro dele. Ao longo dos anos, o lago, o coreto, os bancos, foram sofrendo alterações. Aproveitou para dizer, em relação à Fonte de Cristelo, que se recorda perfeitamente de os bancos serem colocados, assim como foram colocadas as mesas que estão na parte de trás da Avenida de Cristelo. Voltando ao Jardim Municipal, com exceção da base, a cobertura do coreto sofreu algumas alterações ao longo dos anos. Neste momento, querem preservar a que está. Tal como aconteceu com a requalificação da Avenida de Cristelo em que se recuperaram as luminárias antigas. Referiu ainda que as três luminárias que estavam na Avenida de Cristelo também foram reparadas e as da Av. de Espanha, junto ao Consulado, saíram daí e estão na Avenida de Cristelo.

Em relação ao lago, a legislação cada vez é mais apertada em termos de segurança, os parques infantis já não podem ser de areia nem de terra, têm que levar tapete com a camada de amortecedor. O lago teria que ter uma vedação específica para prevenir qualquer acidente. Por fim, dizer que num futuro próximo (gravação imperceptível).

**Cláudia Labrujó:** Disse que as propostas foram apresentadas pela CDU para salvaguardarem o património histórico e até visual da nossa cidade. Quanto à Fonte de Cristelo, dizem que foi recente a colocação desses bancos, então, perguntou, como é que explicam que a Fonte de São Sebastião tenha exatamente a mesma arquitetura e os mesmos bancos mais aqueles *pilarzinhos* laterais. Relativamente a um parque subterrâneo no nosso Jardim Municipal, disse que há tanto sítio para fazer um parque subterrâneo em Valença do Minho, inclusivamente no Campo da Feira e sem haver necessidade de alterar a traça original do nosso Jardim Municipal. (gravação imperceptível).

**Presidente da Assembleia Municipal:** Após colocar à votação as propostas obteve-se o seguinte resultado: num universo de 30 (trinta) membros para a proposta **“Pela aproximação da população à política local”**, obteve a seguinte votação: 17 (dezassete) votos contra; 1 (uma) abstenção (Raquel Sanchez); 12 (doze) a favor. Rejeitada por maioria.

A proposta **“Pela preservação do património imobiliário”** num universo de 30 (trinta) membros obteve a seguinte votação: 28 (vinte e oito) votos contra; 1 (uma) abstenção (Raquel Sanchez) e 1 (um) voto a favor. Rejeitada por maioria.

A proposta **“Pela reposição do património imobiliário Lago do Jardim”** num universo de 30 (trinta) membros obteve a seguinte votação: 20 (vinte) votos contra; 1 (uma) abstenção (Raquel Sanchez) e 9 (nove) votos a favor. Rejeitada por maioria, com declaração de voto do membro José António Nogueira, que se transcreve:

#### **“Declaração de voto**

Votei contra a proposta “Pela reposição do património imobiliário Lago do Jardim” por entender pertinente o que aqui é aportado quer pela Dra. Inês Ferreira, quer pelo senhor Presidente da Câmara relativo às questões de segurança e sendo certo que o lago já não era original e nada tinha a ver com o primeiro. Votei contra “Pela preservação do património imobiliário” relativamente ao coreto uma vez que eu julgo que a senhora Deputada o que queria dizer era património de interesse municipal, mas a verdade é que escreveu património municipal e, assim sendo, o coreto, fazendo parte de um imóvel municipal, não faz sentido estar a dizê-lo para o inscrever como pa-

trimónio municipal. Aliás, em Direito, as partes integrantes fazem parte de um todo e, portanto, o coreto faz parte do jardim, jardim que é consabidamente municipal. Estas as razões, senhor Presidente, que me levam a ter vindo aqui esclarecer o sentido de voto depois de ouvir aquilo, é nesse sentido.”.

A proposta “**Pela reposição do património imobiliário, Fonte de Cristelo**” num universo de 29 (vinte e nove) membros obteve a seguinte votação: 17 (dezassete) contra; 1 (uma) abstenção e 11 (onze) a favor. Rejeitada por maioria.

## INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às interpeleções ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Luís Araújo, Cláudia Labrujó, Elisabete Viana, Francisco Romeu, Cláudia Moreira, Inês Ferreira, Paulo Esteves, Óscar Silva e Paula Natal.

**Luís Araújo:** Para perguntar ao Presidente da Câmara quando é que a Junta de Freguesia de São Pedro da Torre vai ser ressarcida pelo desaparecimento do palco amovível. E também para perguntar se o seguro dos cavaleiros pagou as despesas dos danos causados no passadiço em São Pedro da Torre.

**Cláudia Labrujó:** Começou a sua intervenção perguntando, em relação à Freguesia de São Pedro da Torre, qual o ponto de situação da obra de recuperação do cruzeiro de Chamosinhos. Depois disse que gostava de ver esclarecido o trabalho realizado por cada uma das comissões votadas nesta Assembleia. De seguida perguntou o que se passa com o coreto do Jardim Municipal, uma vez que o mesmo está com andaimes para trabalhos de conservação, mas não se vê obra feita. Quis saber que diligências têm sido feitas pela Autarquia para melhorar os serviços no Centro de Saúde, no que se refere ao atendimento telefónico. Tem conhecimento que houve pessoas que recorreram aos hospitais particulares por não haver pessoal no Centro de Saúde, uma vez que teve de ser deslocalizado para o centro de vacinação. Em relação à obra do Senhor dos Esquecidos perguntou a cargo de quem está a fiscalização e qual a razão de a mesma ainda não estar concluída e em quanto excede o orçamento inicial da empreitada. Constatou que, no local, tem um sinal “*para inglês ver*”, dizendo “perigo de tampas elevadas”, mas não é uma tampa, nem duas, são todas as tampas de saneamento que estão elevadas e para quem não repara no pequenino sinal que lá está pode causar danos no carro. À semelhança desta obra, a rotunda da Zona Industrial de Gandra também carece das mesmas atenções e das mesmas lacunas. Referindo-se, de seguida, à recolha de lixo disse que esta continua caótica e muitas pessoas continuam a não saber onde devem colocar os chamados “*monstros*”. Foi por certo uma das mais infelizes decisões



deste Executivo o término do contrato com a empresa no que se refere aos contentores de resíduos de grande porte, chamados vulgarmente de “*monstros*.”. Congratulou o Município pelos lindos e formosos canteiros ajardinados. É bom saber que existe pessoal e dinheiro para ajardinar mas quando foi para alavancar os comerciantes valencianos nas suas atividades comerciais, tal como foi proposto pela CDU nesta Assembleia e por ela aprovado, uma plataforma para publicidade e venda do seu comércio, disseram que não havia pessoal suficiente para fazer as entregas. Em relação a Arão, mais precisamente em relação à Rua da Portela, n.º 30, perguntou ao Presidente da Câmara e à Presidente da Junta da União de Freguesias de Valença, Arão e Cristelo Côvo a razão de não estar alcatroada, tal e como o resto da via. Perguntar, também ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Gandra e Taião sobre a cedência da Capela de Taião aos Baldios de Taião e se essa cedência não teria de ter vindo à Assembleia Municipal, uma vez que o processo que aqui chegou foi para decretar interesse municipal para a construção de uma piscina, edifício de apoio e parque de estacionamento, tudo sito no Parque de Lazer do Socorro. Por último para dizer que já em tempo eleitoral, é fraudulento, inadmissível e inqualificável, o aproveitamento deste Executivo no que se refere às habitações sociais, assim como à revisão do PDM. Tudo matéria para alcançar mais votações. Finalizando perguntou a razão de a proposta do senhor Vereador José Monte para dar o nome do saudoso Major Pereira de Castro ao Arquivo Municipal não ter vindo, ainda a esta Assembleia.

**Francisco Romeu:** Após as saudações protocolares congratular-se pelas áreas ajardinadas da cidade que estão a ficar lindas, bem tratadas, é sinal que há pessoal para as poder tratar e que as cuida bem. Só que, por um lado, temos as áreas ajardinadas a ficar muito bonitas, mas por outro lado, existe o problema com o lixo. Desconhece o que se passa com a empresa de recolha porque o lixo às vezes está muito tempo sem recolher, quer nas Freguesias, quer aqui na cidade. Deu-se ao trabalho de verificar e acompanhar quer a equipa da EcoAmbiente quer a Valorminho e tem a dizer que estão a trabalhar muito mal. Os caixotes são estragados constantemente da maneira como são atirados contra os muros. Agradecia que o executivo camarário analisasse esta situação.

**Cláudia Moreira:** Após as saudações protocolares disse que recentemente foram surpreendidos pelo anúncio da realização de sessões em Freguesias para o esclarecimento daquele que é o Programa “1.º Direito” e achou que devia felicitar o senhor Presidente de Câmara por duas razões: a primeira é porque realmente é adepta de copiar aquilo que é bem-feito, portanto, felicito-o por copiar o exemplo do Partido Socialista ao fazer sessões nas Freguesias; e segundo, felicito-o ainda mais pelo engenho com que conseguiu dar a volta a essa cópia e revestiu-la sobre a capa de um esclarecimento acerca de um programa de habitação social porque realmente foi engenhoso.

Espera que durante estas sessões diga aos valencianos e valencianas que a elas assistam, que este Programa do “1.º Direito” é uma forte aposta do Governo do Partido Socialista naquilo que é a efetivação do direito à habitação digna e que lhes diga também que os municípios que souberam delinear uma estratégia de habitação local adequada e eficaz vão sair altamente beneficiados com este programa, o que não é o caso de Valença, porque Valença, cidade que tem um pólo de uma escola superior e que não incluiu na estratégia local de habitação uma residência de estudantes porque, como já foi dito pelo senhor Presidente, o problema dos estudantes está solucionado. Pois é verdade, vão dormir fora, vão dormir a outros municípios como é o caso de Melgaço, que até está a reforçar a oferta de habitação precisamente para os receber, portanto, que Valença, cidade com um pólo de uma escola superior não contemple na estratégia local de habitação uma residência que Valença, cidade onde a grande maioria da população de Valença trabalha em zonas industriais e auferem salários médios de 700 (setecentos) a 800€ (oitocentos) e neste momento a única oferta habitacional que encontra são apartamentos que rondam um valor de 500€ (quinhentos) mensais, não contemple na estratégia local de habitação, uma opção de habitações a custos controlados, faça uma estratégia local sem este tipo de elementos, claramente, não vai beneficiar do “1.º Direito” da forma mais adequada de todas.

Por fim, alertar que na rotunda da Trapicheira na direção Monção-Valença, quando se para na rotunda do jardim, do lado esquerdo, imediatamente na entrada da rotunda, está uma espécie de um arbusto e está muito alto, o que significa que quando se para e se tenta visualizar quem vem na direção da Avenida Miguel Dantas para a rotunda, não se consegue ter perceção se vem ou não carros, ou seja, entra-se na rotunda um bocadinho às escuras. Isto é uma situação que pode vir a ser grave e crê até já tinha sido aqui alertada, e se possível, que se pode um bocadinho o indicado arbusto.

**Óscar Silva:** Começou por se referir a uma situação já referida por alguns elementos que é o péssimo serviço que tem vindo a ser prestado pela empresa de recolha e transporte de lixo a Eco-Ambiente porque, de facto, na área urbana e nas Freguesias do Concelho veem-se os contentores constantemente cheios durante vários dias, vê-se, na zona centro, principalmente na zona da cidade nova, lixo espalhado pelo chão e isto é um péssimo cartão-de-visita para quem visita Valença e para o bem-estar das pessoas que residem nessa zona. Depois referiu-se a uma situação que lhe foi reportada e que tem a ver com umas obras de melhoramento dos regadios tradicionais nos lugares de Mira e Bade na freguesia de Cerdal. Parece que, na sequência das obras foi colocado um contador de água no início do regadio em Bade, sendo que essa água provém das nascentes de Gondelim e Mosteiró. E, portanto, há uma preocupação dos agricultores que usam esse regadio em relação ao contador. E, portanto, perguntou ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor

Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, caso se queira pronunciar sobre o assunto, se têm conhecimento da situação e se sim qual a razão da colocação do contador e se irá ser efetuada alguma cobrança da água, atendendo a que esta provem de um regato.

**Paula Natal:** Após as saudações protocolares felicitou as atletas valencianas, Inês Fernandes, que, mais uma vez, conquistou três Medalhas de Prata nas modalidades de peso, dardo e disco, no Campeonato do Mundo de Atletismo VIRTUS, realizado na cidade de Bydgoszcz, na Polónia e Mariana Gonçalves que já conquistou duas medalhas de ouro, uma em abril e outra em junho, no Campeonato Nacional de Juniores, uma medalha na modalidade de atletismo e outra na modalidade de lançamento do martelo. Felicitou, também o treinador destas duas jovens atletas, o Professor Jorge Rodrigues, que tem feito um trabalho incansável. Seguidamente, felicitou o Senhor Vereador José Monte pela nobre atitude em propor atribuir o nome do Major Alberto Pereira de Castro ao Arquivo Municipal de Valença uma vez que foi, efetivamente, o senhor Major que criou o primeiro Arquivo Municipal do distrito de Viana do Castelo aqui em Valença, tal como todos se recordam no edifício da casa das Varandas. E, sendo o seu local de trabalho, precisamente, no edifício do Arquivo Municipal, viu meses a fio, o senhor Major a passar dias e dias completos na sala de leitura a pesquisar a história de Valença, mesmo quando já estava doente, arrastava-se para o Arquivo, pelo gosto que tinha por Valença. E se hoje temos grandes obras escritas sobre Valença, que vão ficar para sempre, deve-se em grande parte ao senhor Major Pereira de Castro.

**Elisabete Viana:** Após as saudações protocolares perguntou ao senhor Presidente da Câmara quantas vezes por semana é recolhido o lixo, nas freguesias de Arão e Cristelo Côvo.

**Paulo Esteves:** Após as saudações protocolares referindo-se às residências universitárias questionou se a sua criação é competência do Município ou do Governo Central. As residências universitárias ou são privadas ou são do Estado mas não são das Câmaras Municipais. Portanto, se o Município vai gastar dinheiro na construção de residências universitárias perguntou qual o papel do Governo. Outra questão que colocou diz respeito à habitação de custos controlados. Portugal não é um país grande e pensa que as políticas de habitação são responsabilidade do Governo Central. Portugal é um país com 10.000.000 de habitantes e não pode Valença ter uma política de habitação, Vila Nova de Cerveira ter outra política de habitação, Monção ter outra política de habitação. A lei é geral e abstrata, aplica-se ao país uniformemente. E, portanto, quem tem competência para aplicar uma política uniforme em matéria de habitação e em matéria de habitação a custos controlados é o Governo, não são os municípios e, por isso, não vale a pena estar a

atirar competências ou a criar responsabilidade para quem manifestamente não a tem. Seguidamente, saudou o esforço, notório, que tem sido feito na limpeza de espaços públicos.

Relativamente à revisão do PDM, que será o Plano que decidirá a forma como Valença crescerá nos próximos dez anos, crê que seria de todo o interesse que se organizasse um fórum público para que todos pudessem contribuir para o modelo que querem para Valença. Na sua opinião quer um modelo ecológico, de crescimento sustentável porque, crescimento não é propriamente desenvolvimento nem vice-versa, ao contrário do que durante muito tempo se pensou que crescimento era grandes prédios e, por isso, Valença, hoje tem o que tem e será, agora, se calhar a altura de pensar o futuro de Valença.

Terminado, perguntou ao senhor Presidente qual a responsabilidade do Município e das Juntas de Freguesia na limpeza de bermas ou das ecopistas, ou seja, o que é competência das Juntas e o que é competência da Câmara.

**Inês Ferreira:** Começou por dizer que se o Governo Central exigiu às Câmaras Municipais que disponibilizassem instalações para os centros de vacinação, se a Câmara Municipal disponibiliza funcionários para apoiar os funcionários do Centro de Saúde, se a Câmara Municipal põe os seus telemóveis ao serviço dos Centros de Saúde porque os telemóveis do Centro de Saúde não têm saldo, se os funcionários da Câmara vão ao Porto, de urgência, buscar vacinas, pergunta à colega Cláudia Labrujó se quer que, também, a Câmara Municipal passe a recrutar funcionários para o Centro de Saúde. Os recursos humanos do Centro de Saúde são da responsabilidade do Ministério da Saúde e não da Câmara Municipal.

Relativamente às sessões que o Partido Socialista está a fazer nas várias Freguesias e também na cidade junto das instituições e da população em geral, disse, que se o atual Executivo não tivesse feito essas sessões para informar a população de Valença do tal *1.º Direito* e de como se podem candidatar aos fundos, seria acusado de não fazer esse trabalho, mas como fez, agora é acusado de copiar. O que é lamentável é que o Partido Socialista tenha que fazer sessões junto da população para conhecer as realidades das instituições, as necessidades das instituições e, entretanto, acredita, elaborar o seu projeto eleitoral. Pena que o Partido Socialista local não conheça a realidade dos valencianos, não conheça as verdadeiras necessidades dos valencianos, é lamentável, mas isso caberá depois à população de Valença se pronunciar-se.

**José António Nogueira:** Disse que à míngua de não se poder desviar a atenção dos valencianos e das valencianas com uma guerra como os americanos são peritos nomeadamente em épocas eleitorais, nada melhor que criar uma comissão para nada fazer e fazer de conta que algo se fez.

Vem isto a propósito da comissão aprovada na pretérita reunião deste órgão, a Comissão de Acompanhamento da AdAM, a regulamentar. Mas o Regulamento ficou no tinteiro. A verdade é que, felizmente, que votou contra a criação da Comissão porque serve para nada e coisa nenhuma.

**Presidente da Câmara Municipal:** Começando por responder ao senhor Luís Araújo esclareceu que em relação aos danos causados no passadiço da Ponte da Veiga da Mira, mais concretamente junto à Ponte Romana no passadiço que passa por baixo da linha do caminho-de-ferro, foi danificado por uns cavaleiros. Na altura foi chamada a GNR ao local, levantou o respetivo auto e, de momento, está a seguir os trâmites legais. Entretanto, o Município adiantou-se e repôs o passadiço que neste momento está pronto e a funcionar. Em relação ao palco, já aqui foi debatido por várias vezes com o senhor Presidente da Junta da sua Freguesia que o Município está a tentar adquirir um palco novo que sirva todas as Freguesias do Município. Mas lamenta que o Município, esteja a pagar renda por um espaço, que paga religiosamente todos os meses à Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre, e não sabe como é que o palco dessa Freguesia foi lá parar. Portanto, das duas uma ou a Junta devia descontar um valor na renda ou senão esse palco não devia lá estar porque estava sem seu conhecimento ou consentimento.

Respondendo, de seguida, ao membro Cláudia Labrujó disse que a obra de Chamosinhos está terminada e o Cruzeiro reparado. Os andaimes foram colocados no Coreto do Jardim Municipal para se conseguir perceber o estado da cobertura. A chapa da cobertura do coreto está, irremediavelmente, perdida. Terá que levar uma cobertura nova. Neste momento, já estão lá os andaimes outra vez, só que nem no nosso Concelho nem nos concelhos vizinhos existem quinadeiras para quinar o comprimento daquela chapa, por isso, terá que contratar-se uma empresa. Neste momento estão a solicitar-se orçamentos para o trabalho. Quanto ao Centro de Saúde, e tal como já foi referido pela Professora Inês Ferreira, não é do município e, portanto, não se pronuncia. Porém, deixou dois apontamentos: levanta-se o problema do Centro de Saúde, que não atendem o telefone, levanta-se o problema das vacinações porque, por vezes, as pessoas estão meia hora à espera da vacina, que é gratuita. Muitas vezes os profissionais de saúde estão no centro de vacinação até às vinte e duas ou vinte e três horas e, até já aconteceu terem estado até à meia-noite, à espera que as pessoas venham para ser vacinadas. Mas essas pessoas não se lembram que se não tomarem a vacina, podem vir a passar um mês entubados num hospital, isto se tiverem lugar, senão terão que ficar na ambulância e nesse mês que estão entubados no hospital já não têm pressa nenhuma. Gostava de ver essas pessoas a reclamar no serviço de Finanças ou da Conservatória do Registo Civil, onde se vê, diariamente filas intermináveis à porta, mas ninguém reclama. Quanto às tampas elevadas no Largo Acácio Fernandes, estão sinalizadas e, está sinalizado, no

início e no fim da obra, com “*espaço em obras*”. As tampas estão elevadas porque a estrada vai levar um segundo tapete e as tampas ficarão ao nível desse segundo tapete. Relativamente aos espaços verdes deu os parabéns ao senhor Vereador Mário Rui que se empenhou seriamente em ajardinar as rotundas e os espaços verdes. Está no início mas já é notório esse trabalho. Quanto à cedência da Capela do Socorro de Taião entre os Baldios e a Junta de Freguesia esse não é um problema da Câmara. Em relação á segunda revisão do PDM foi publicada em Diário da República no dia 24/06/2021. A partir desse momento as pessoas têm vinte dias para apresentar sugestões. Após esse prazo começará a equipa técnica a trabalhar na revisão e uma vez esta concluída irá novamente para discussão pública. Quanto ao lixo, questão colocada por vários intervenientes explicou que a recolha do lixo, na sede do Concelho, é feita diariamente, nas Freguesias, é recolhido três vezes por semana alternadamente. Disse que, também não se encontra satisfeito com a atuação da empresa de recolha do lixo e, possivelmente, se o trabalho continuar a correr da forma como está a correr, terão que acionar os mecanismos legais. Quanto à questão colocada pelo membro Óscar Silva da água de Gondelim disse que se irá informar. Relativamente à limpeza de bermas e da ecopista informou que as Juntas de Freguesia recebem uma verba para a limpeza das bermas das estradas e dos caminhos municipais, bem como das ecopistas, mas, naturalmente, sabe que as Juntas de Freguesia acham a verba insuficiente. Quanto ao centro de vacinação lembrou que, como os telefones do Centro de Saúde têm saldos limitados, estão três funcionários da Câmara, com telemóveis da Câmara a contactar as pessoas. A Câmara disponibilizou um veículo para ir buscar e levar as pessoas a casa. Fornece as refeições aos técnicos de saúde e aos funcionários que estão a prestar o serviço no centro de vacinação.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal.

**Carlos Pereira:** Após as saudações protocolares disse que, embora os regadios não sejam competência da Junta de Freguesia irá tentar responder à questão. O caudalímetro foi instalado porque o regadio da Tola de Bade constituiu-se como associação para uma candidatura a fundos europeus. E, como é obrigatório que todos os regadios, que usam recursos hídricos, paguem uma taxa pelo consumo dos recursos, colocou-se o caudalímetro para fazer a medição e futuramente emitirem fatura. Todos os regadios estão obrigados a pagar, embora em Cerdal é o único que tem uma associação a suportá-lo e como tal existe uma “*cara visível*” para enviar a fatura.

Terminadas as interpelações e os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou ao período da “Ordem do dia”. \_\_\_\_\_

**PONTO 1º – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

Dando início ao período de “ordem do dia”, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 23 de abril e 28 de junho de 2021, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho.

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições tendo-se inscrito para intervir os membros: Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Cláudia Moreira, Francisco Romeu e Elisabete Viana.

**Cláudia Labrujó:** Começou por voltar a questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a obra do Senhor dos Esquecidos, perguntando quem tem o encargo de fiscalizar a obra. E pergunta isto porque o Decreto-Lei 163/2006, que é a lei das acessibilidades a edifícios públicos e de culto, nomeadamente o artigo 2.º, não está a ser acautelada. Teve o cuidado no decorrer do mês de maio de fazer menção na sua página do Facebook para que o seu assessor lhe comunicasse ou até o próprio Presidente verificasse a situação e para que não ficasse qualquer dúvida de que não estava a fazer uma implicância com o local. Decorreu ali, durante o mês de maio, a novena a Nossa Senhora e a isto acresce que a Autarquia não tendo ainda feito, uma casa mortuária para Valença, tal como já foi proposto neste órgão pela CDU, é também essa Capela o local onde os cadáveres e os funerais são realizados. Chamou ao local as autoridades, julga que no dia 22 de maio, para atestarem que efetivamente a acessibilidade daquele local não é de todo o correto para um local de culto e efetivamente não cumpre a lei das acessibilidades. Entregou na mesa cópia do auto de ocorrência levantado pela GNR, solicitando que fosse fotocopiado e levado ao conhecimento dos membros da Assembleia.

Deixou claro que não estão contra a obra, ninguém está contra as constantes intervenções da empresa Águas do Alto Minho no local, e daí ainda não ter sido colocado um passeio condigno. Mas não custava nada, caso a fiscalização da obra não estar a cargo da Autarquia, esta alertar a empresa para a necessidade de cumprir com a lei das acessibilidades.

Quanto ao centro de vacinação ainda ninguém disse, neste órgão, que não estivesse a funcionar bem. Já foi inoculada e se houvesse algo em contra, viria a público dizer. Aliás, aquilo que o

senhor Presidente de Câmara referiu relativamente aos funcionários, esteve muitas vezes com o meu telemóvel na mão, a pensar se publicava ou não, se alertava ou não, e chegou à conclusão isso era incumbência da Câmara Municipal, são os funcionários da Câmara Municipal e como tal, respeita a gestão de um lado e do outro. Mas, uma vez que o senhor Presidente da Câmara alertou sobre isso, e muito bem, comunga da sua opinião, que os funcionários que estão na linha da frente, independentemente de serem do Sistema Nacional de Saúde ou serem da Câmara Municipal têm que ser vacinados. Aliás, já estive, pelo menos duas vezes, no centro de vacinação, uma delas com o senhor Presidente da Câmara e com alguns dos Vereadores aqui presentes, e outra sozinha, e sempre decorreu tudo normalmente. É da opinião que se devia dar uma palavra de alento, de agradecimento a todos os funcionários, sejam eles, do Serviço Nacional de Saúde ou da Autarquia porque estão a dar ali a dar o melhor deles.

Em relação à comissão de acompanhamento da AdAM, tal como já foi referido pelo Sr. José António Nogueira, concorda com ele. Acha que a comissão já devia estar em funcionamento como todas as outras. Uma das questões que colocou na altura, aquando da criação desta parceria, foi quem tem terrenos como é que os rega. Vai pagar os resíduos tal como paga para o consumo doméstico? Na altura foi dito pelo representante das Águas de Portugal que quem quisesse poderia ter um segundo contador para regar as hortas e jardins. Aqui as Juntas de Freguesia em consonância com a Autarquia têm um papel fundamental na informação às pessoas. Por fim, pediu que o Senhor Presidente da Câmara explicasse os processos judiciais indicados nos pontos número dois e seis da listagem de processos judiciais pendentes.

**Francisco Romeu:** Depois de ter ouvido o senhor Presidente da Câmara em relação ao lixo e da reunião que teve e do que pode vir a fazer, congratula-se com o facto. Gostou, também de ouvir o que foi dito quanto à possibilidade de as verbas para a limpeza nas freguesias poderem vir a ser reforçadas porque as freguesias gastam grande parte do dinheiro com a limpeza.

**Óscar Silva:** Começando por se referir ao Plano Diretor Municipal, disse que estão todos de acordo que é o principal instrumento de gestão do nosso território e, portanto, deve ser atualizado e deve ser adequado àquilo que são as necessidades dos valencianos e expectativas e àquilo que são também as necessidades do nosso território. Aquilo que lhe parece um pouco questionável é o *timing* escolhido para levar a cabo este processo de revisão porque, obviamente, este processo vai perdurar até à data das eleições, e, eventualmente, para além delas e por isso parece um *timing* escolhido um bocadinho a dedo, tendo em atenção que o processo eleitoral já está praticamente em andamento. E isto parece-lhe de certa forma um *déjà-vu* daquele orçamento participativo que o anterior Executivo levou a cabo na proximidade também das eleições e que



foi um orçamento participativo e uma iniciativa tão positiva que nunca mais repetiram. Sabem como estas coisas são e, nas sessões de apresentação, pode haver uma promessa aqui, outra acolá e, portanto, seria evitável fazer esta revisão do PDM nesta altura eleitoral. Por isso, disse ao senhor Presidente da Câmara que neste período de pré-campanha eleitoral a linha que separa o exercício autárquico para o qual foram eleitos do exercício de campanha partidária é muito ténue e, portanto, muito facilmente será ultrapassada. Por isso, perguntou qual a pressa?

**Cláudia Moreira:** Iniciou a sua intervenção dizendo que, não obstante o Dr. Paulo Esteves não estar presente, ia pronunciar-se sobre o por ele foi dito pois tem a certeza que depois lerá na ata a sua intervenção. Assim, disse que, existem dois tipos de poder: o central e o local. E, no poder local, temos as Câmaras Municipais e as Assembleias de Freguesia. E dizem muitas vezes nesta Assembleia que *“aquela malta lá de Lisboa”*, que é o poder central, parece que legisla só a pensar em Lisboa. Porque assim é e é normal porque eles não estão no terreno, logo, não conhecem a realidade de cada Autarquia local, e essa é a razão de existirem Câmaras Municipais e Assembleias de Freguesia, para dar resposta, para exercer uma política de proximidade e para saber identificar os problemas de cada Município. Não se poder querer que haja uma política de habitação transversal a todo o país sem olhar para as especificidades de cada território porque a realidade do Alentejo não é a mesma do Algarve, não é a mesma do Norte e não é a mesma do Centro. Claro que tem que existir uma política habitacional e existe e basta entrar no portal da habitação para vermos um sem-número de programas e um sem-número de regimentos de políticas de habitação nas quais este Governo apostou fortemente. Mas quando diz que nas autarquias locais é necessário uma ação condizente com essas políticas de âmbito geral refere-se à estratégia local de habitação que é o plano no qual se delineia uma estratégia eficaz e adequada às necessidades de cada Município e no qual deveria ter sido contida tanto a questão da residência como a questão das habitações a custos controlados porque, efetivamente, os municípios têm capacidade para dar resposta ao nível das habitações a custos controlados. E a mesma questão no que respeita às residências universitárias porque digam que *“o Município não tem capacidade para investir”*, acredita plenamente porque está-se a falar de investimentos na ordem dos milhões de euros. Mas a questão é: *“não tem capacidade”*, mas tem que ter a proatividade de identificar o problema e, depois, pressionar o Governo Central e procurar investimento. Não pode é ficar parado, à espera que o Governo Central, que não está no terreno e que até se queixam que só legisla para Lisboa, venha resolver o problema sem que ninguém lhe diga que ele existe. Se não perguntem a Fernando Medina, a Rui Moreira ou a Ricardo Rio se estão à espera que seja o Governo Central a resolver-lhes, respetivamente, os problemas habitacionais de Lisboa, Porto ou de Braga. Em relação ao que foi dito sobre o Partido Socialista não conhecer a realidade de Valença, afirmou

que o Partido Socialista conhece perfeitamente a realidade de Valença, tanto é que neste momento já tem mais do que definidas as bases estruturais daquilo que será o seu programa eleitoral. Mas há outra coisa que o Partido Socialista também sabe, é que existe uma diferença entre um projeto autárquico e um projeto autárquico de referência. E num projeto autárquico de referência, há um projeto para os municípios e com os municípios. Porque, embora as dificuldades e necessidades do Concelho, em geral, estejam identificadas em abstracto, cada instituição tem as suas especificidades, que é necessário ouvir. E por alguma razão aconteceu, não em uma ou duas, mas em várias das instituições que visitaram que foram parabenizados por serem os primeiros a ir e ouvir cada uma das instituições porque lhes foi dito, por várias, que isso nunca tinha acontecido. Isto é que é fazer um projeto autárquico de referência. Isso não significa que não sabem o que Valença precisa, significa é que querem trabalhar para Valença, com os valencianos e dar resposta a todas as carências que existem.

Finalmente, para dizer ao senhor Presidente que tudo nesta vida é uma questão de perspectiva e se tal como refere que foi um exímio copiadador, então acha que teria acabado o curso porque tinha conseguido copiar até ao fim. E como tudo nesta vida é uma questão de perspectivas, disse que nisso concorda com o presidente quando diz que continua no bom caminho, o que, se calhar discordamos é a perspectiva do caminho a que vai chegar, mas isso já são contas de outro rosário.

**Elisabete Viana:** tendo verificado que a obra junto ao Campo da Feira já foi adjudicada perguntou para quando o início das obras porque, porque, como bem sabem, são urgentes e aproveitou também para perguntar para quando terá início a obra no Campo da Feira.

**Presidente da Câmara Municipal:** Começando por responder às questões colocadas por Elisabete Viana informou que já se encontra montado o estaleiro e o empreiteiro comprometeu-se a começar a obra amanhã, dia 1 de julho. É uma obra orçada em 600.000,00€ (seiscentos mil euros) e que irá contemplar toda a envolvente do Campo da Feira, bem como as infraestruturas de água, saneamento, eletricidade, passeios, acessibilidades e pisos. Em relação à obra no terrado do Campo da Feira, o piso não é o adequado, está mais que ultrapassada aquela calçada à portuguesa, em termos de inclinação, tem zero de inclinação, em termos de drenagem de pluviais, tem que levar um mínimo de 5% de inclinação para que haja uma boa drenagem de pluviais. Terá que levar outro piso diferente ou pintado de outra cor nos locais onde estão instalados os feirantes.

Respondendo ao membro Cláudia Moreira disse que, efetivamente existe o poder central e o local mas, também há uma burocracia interminável. Os Governos e seus governantes não têm a sensibilidade nem o conhecimento do que são as realidades locais. É a Câmara que faz as repara-

ções na repartição de Finanças local, no Posto da GNR de Valença, no edifício do Tribunal, é a Câmara que é chamada para tudo isto porque o poder central tenta delegar nas Câmaras Municipais as suas competências. E viu-se, não há muito tempo, no início da pandemia, a falta de visão e capacidade dinâmica de resolver os problemas e a forma mais fácil de os resolver foi atirá-los para as Câmaras Municipais. Depois falam na “bazuca *financeira*” ou no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), mas fica apreensivo que a “bazuca” venha direta de Bruxelas para Lisboa e depois de Lisboa seja distribuída à volta de Lisboa, nos subúrbios, pode chegar alguma coisa ao Porto ou a Coimbra, ou mesmo a Braga, mas restantes municípios vão ficar com migalhas. Em relação ao PRR, disse também que podem ter a certeza de que os grandes investimentos já estão linearmente traçados. E não tem dúvidas que o Novo Banco, a TAP, a Saúde, o Ensino, as vias de comunicação, os transportes de alta velocidade vão ficar com uma grande fatia, mesmo, a maior parte da fatia do PRR. Não acredita que o dinheiro vá chegar em partes iguais, não obstante, termos os mesmos direitos que têm os de Lisboa, pagamos os mesmos impostos, mas não temos as mesmas regalias. E exemplo disse é o passe social que foi criado em Lisboa, pago por todos, embora só usufruem dele os lisboetas. Isso é discriminação pura e dura.

Respondendo ao membro Óscar Silva, quanto ao PDM disse que se recuarem a 2002 quando começou nestas lides, em 2005, assistiu à primeira revisão do PDM, revisão essa que se arrastou até ao ano 2009 e já foi com o executivo do PSD, em 2010, que aprovaram o PDM. Assim, a primeira revisão do PDM atravessou duas campanhas eleitorais, portanto, isto não é arma de arremesso como campanha eleitoral, até porque sabem que o PDM tem algumas injustiças. Na anterior revisão do PDM as reclamações foram mais de 400 (quatrocentas) e isso não dá votos. E acontecem, muitas vezes, situações menos agradáveis, como têm ocorrido ao longo dos tempos, como as construções que surgiram em zonas inundáveis, e não só na beira do rio porque se fosse na beira do rio, a situação passaria para outra esfera. Mas existe uma comunidade que constrói, sem autorização na zona inundável, mas ninguém faz nada, nem a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), nem a Polícia Marítima, nem a Reserva Ecológica. O mesmo acontece, por exemplo com os canídeos, em que chegam à Câmara Municipal autos de contraordenação por haver canídeos nas freguesias sem licença, mas na tal comunidade existem cães, alguns de raça perigosa, e duvida que se encontrem registados. A mesma coisa quanto às fogueiras, naquele local ninguém vê que são feitas. A lei quando é criada é para ser aplicada a todos, não há que ter medo de a cumprir e parece-lhe que, por vezes, em relação a certas etnias existe medo em fazer cumprir a lei. Para já não falar das situações que têm ocorrido nas escolas do Município em que alunos, auxiliares e professores têm sido agredidos por membros dessa minoria e nem o Ministério Público tem atuado. Lamenta todas estas situações, porque se fosse qualquer um de nós, naturalmente já

tinha sido punido duramente. Quando, num país como o nosso, se admite casamentos de crianças com treze anos e nada se faz para impedir essas situações, está tudo dito. É um país com dois pesos e duas medidas. Em resposta ao membro Francisco Romeu disse que as verbas foram reforçadas para as Freguesias foi no seu mandato, além de 5% (cinco) de uma vez só nas *tranches* transferidas para as Freguesias, no último ano, ainda fez uma transferência extraordinária para fazer face à COVID e aos incêndios florestais. Em relação à obra do Senhor dos Esquecidos respondeu que a responsabilidade da fiscalização é da Câmara Municipal. Mas também disse não ser admissível que as duas pontas dos passeios tenham ficado por terminar assim como a rotunda do senhor dos Esquecidos. Informou que deu ao empreiteiro um prazo de 30 (trinta) dias para acabar a obra e, neste momento, já passaram 15 (quinze) dias. No que respeita à interseção com a Estrada Nacional EN 101, mais precisamente, em frente ao Cândido dos Pneus, houve um diferendo com a IP (Infraestruturas de Portugal), realizou-se uma reunião com a Sra. Eng.<sup>a</sup> Luísa Cordeiro, diretora da IP da zona Norte e, no local, conseguiu-se chegar a bom porto e fazer a interseção com segurança, para que se possa sair, quer no sentido de Valença, quer no sentido de Monção, com mais segurança.

## SEGUNDA VOLTA

**Cláudia Labrujó:** Começou a sua intervenção perguntando o que se passa com a ponte da ciclovia que estava prevista para a Ponte Seca e que continua a não existir. Foram feitas umas sapatas para a colocação da ponte e nada mais. Perguntou, também onde foi mandada fazer essa ponte e se já está concluída. Parece, também, que numa das sapatas há uma fuga de água e perguntou se já está resolvida essa fuga. Disse ainda que não obteve resposta à questão que colocou em relação ao facto de a proposta de atribuição do nome do major ao edifício do Arquivo Municipal ainda ter vindo à Assembleia Municipal.

**Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal:** Para dizer que a Rua de Correlos não está arranjada porque infelizmente as verbas que a Junta de Freguesia tem são escassas e, como tal, há necessidade de fazer escolhas. Neste momento, estão a resolver um problema que tem 25 (vinte e cinco) anos, no decurso dos quais já passaram três ou quatro Presidentes de Câmara, já passaram, mais ou menos, os mesmos Presidentes de Junta e nada resolveram. Essa situação tem a ver com a Rua do Outeiro, em Gondim. A Rua dos Correlos está *tout-venan*, no futuro vão tentar colocar um tapete em alcatrão. Só que ruas com esse tipo de pavimento são várias na freguesia daí a necessidade de se fazer escolhas.

**Cláudia Moreira:** Disse que na ronda anterior se esqueceu de referir uma situação na Avenida de Espanha onde existem três passadeiras, uma delas foi recentemente repintada, mas as outras

duas ficaram por repintar e parece-lhe que careciam do mesmo tratamento. Alertou para a falta de um sinal na Avenida de Espanha, parece-lhe que na direção Espanha-Valença. Quanto à intervenção do senhor Presidente da Câmara disse concordar que realmente a burocracia é excessiva, mas repete que se todos trabalharem em sinergia, os que aqui estão na Assembleia, os que compõem o Executivo, Vereadores com pelouro ou sem pelouro, conseguem ultrapassar os obstáculos. Temos uma Secretária de Estado alto-minhota que até já foi deputada à Assembleia da República pelo Alto Minho, que está perfeitamente a par da situação da transição da propriedade do edifício do antigo Posto da Guarda e que tem certeza que se chegarem à beira dela e lhe pedirem ajuda, não tem dúvidas que tentará ultrapassar essa burocracia o mais rapidamente possível.

**Inês Ferreira:** Para dizer que não está de acordo com o que foi dito pela Dra. Cláudia Moreira e relembrou que o Partido Socialista só se tenha lembrado das instituições, das associações e dos valencianos no corrente ano. Estiveram 4 (quatro) anos no poder, com o Dr. Fernando Barbosa, 8 (oito) anos com o Dr. José Luís Serra, estão há 12 (doze) anos como vereadores na Câmara Municipal e nunca foram a voz dessas instituições ou associações. Nunca os ouviu trazer à Assembleia Municipal algo que preocupasse as instituições ou associações das várias Freguesias do Município. Lembraram-se agora, é bom, mas de facto é em período eleitoral. E por muito que as pessoas tenham ficado contentes, o certo é que o Partido Socialista não as conhecia. Não conheciam as instituições, nunca lá foram, nunca falaram com elas. Seguidamente, referiu a Rua de São Francisco, no interior da Fortaleza, que quem sai do Largo em frente ao antigo hospital não tem lá nenhum sinal de sentido proibido e para quem não conhece pode meter-se por essa rua. Seria de considerar colocar nessa rua um sinal.

**Presidente da Câmara Municipal:** Começou por responder a Cláudia Labrujó quanto aos processos judiciais pendentes, informando que o processo referido como número dois é um processo com as Águas do Noroeste relativamente a uns projetos que querem cobrar ao Município e que no entender do Município não tem que pagar porque essas obras nunca foram executadas nem existe nada que diga que o Município encomendou esses projetos às Águas do Noroeste. O processo número seis é um processo referente a uma dívida da firma Gonçalves & Cachadinha, Lda. que foi vendida a um terceiro, ao ora autor, Luís Francisco Barros Pereira, que agora está a querer cobrá-la à Câmara, só que a Câmara não deve um cêntimo à firma Gonçalves & Cachadinha, Lda. Referindo-se, de seguida, ao que Cláudia Labrujó disse quanto a ser uma injustiça, ter que pagar saneamento em relação à água que se usa para regar, disse que, em primeiro lugar a água para consumo não deve ser utilizada para rega, os custos para que ela chegue às habitações em bom estado para ser consumida são elevados. Depois, quando é utilizada nos jardins ou hortas, a grande maioria das vezes, está-se a estragar o que se cultiva porque a água que chega às

habitações tem cloro, está tratada e as plantas são sensíveis ao cloro. Em segundo lugar, disse também considerar uma injustiça, que a água consumida nas vacarias, que não vai para o saneamento, mas sim para as estações de tratamento das próprias vacarias, sendo depois utilizada como fertilizante nos campos, ou seja, não é drenada, não vai para a estação de tratamento do Município, e no entanto, as vacarias pagam saneamento, quando se sabe, à partida, que para o saneamento vai zero. Quanto à ponte da ciclovia disse estar feita, só que, de momento, há um processo pendente com a eletrificação da linha do Minho sobre uma catenária que foi colocada junto ao local onde vai ser colocada a ponte. Esse processo está a ser tratado pelos técnicos Engenheiros Vítor Araújo e Manuel Lisboa e deve estar quase ultrapassado.

Respondendo a Cláudia Moreira, informou que pintaram as passadeiras na Avenida de Espanha, em frente ao quartel dos Bombeiros Voluntários, ao lado do Continente – Bom dia. É intenção da Câmara Municipal reavivar todas as passadeiras que com o desgaste da circulação dos automóveis que sofram a erosão normal. E quando se trata de passadeiras colocadas em cima de paralelepípedos ou cubo, a aderência da tinta é mais difícil e o desgaste é mais rápido. Se repararem, todas as passadeiras pintadas no asfalto têm uma durabilidade muito maior do que as pintadas em cima dos cubos.

Quanto ao sinal na ponte centenária supõe que seja o sinal de quem vem de Espanha para Portugal, que pode circular pelos dois lados. Se for no sentido inverso, ao fazer a aproximação do edifício da alfândega, existe do lado esquerdo um sinal de sentido proibido que não a deixa entrar pelo lado esquerdo. Portanto, quem vem pelo lado direito tem toda a possibilidade de circular nos dois sentidos.

Em relação ao sinal na Rua de São Francisco, tendo sido alertado para o facto pelo chefe de divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Engenheiro Jorge Azevedo, já mandou colocar um sinal, até, porque aquela rua sempre contemplou o trânsito de sul para norte.

**José António Nogueira:** Para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se sabe que o sinal que mandou colocar na Rua de São Francisco é ilegal porque não foi deliberado na Assembleia Municipal. Todos os regulamentos com eficácia externa têm que ser deliberados na Assembleia Municipal. Aliás, já tinha alertado para vários problemas dentro da vila e por isso pergunta se pensa fazer alguma vez um regulamento de circulação do trânsito intramuros.

**Presidente da Câmara Municipal:** Uma vez mais volta a referir, tal como já tinha sido dito em diversas ocasiões pelo seu antecessor, Dr. Jorge Mendes, que a sinalização é da competência da Câmara Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para almoço às 12h45 sendo retomada às 14h30.

## PONTO 2º - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020

## PONTO 3º PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2021

**Presidente da Assembleia Municipal:** Explicou que, em sede de Comissão Permanente, foi decidido que os pontos dois e três da Ordem do Dia fossem discutido em conjunto mas votados separadamente. Inscreverem-se neste ponto da ordem de trabalho os Membros José António Nogueira, Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Inês Ferreira, Alberto Vilas.

**José Nogueira:** Em relação ao Relatório de Gestão e Contas 2020 e ao Relatório de Gestão e Contas Consolidado de 2020, disse não perfilhar a mesma visão ou a não visão que os documentos traduzem. Formalmente, podem estar corretos ou não, mas a inação e a não aposta no futuro de Valença e dos valencianos não merece ser premiada, por isso, vota contra os dois pontos.

**Cláudia Labrujó:** Relativamente a este ponto a posição da CDU vai ser exatamente a mesma que foi em todos estes anos, que é a abstenção.

**Óscar Silva:** Começou por dizer que na discussão do Relatório de Gestão e Contas de 2020 do Município, não discutirão a forma do documento que tem a certificação legal do revisor oficial de contas do Município. No entanto, sendo este um relatório que apresenta a realidade contabilística e financeira do Município, tem subjacentes opções políticas tomadas por quem o gere e é sobre essas que o Grupo Municipal do PS se debruça. Vivemos, como é sabido, um período de excecionalidade com a pandemia da COVID-19 que nos assolou durante o ano 2020, obrigando, também, os municípios a adaptarem-se perante a emergência socioeconómica decorrente da crise sanitária. Entendem, no entanto, que as prioridades estabelecidas pelo PSD neste contexto não foram as mais adequadas nuns casos e não tiveram o alcance necessário noutros para responder às necessidades das famílias ou das empresas valencianas.

A situação de emergência vivida foi mitigada e combatida pelos diversos programas de apoio disponibilizados pelo Governo às famílias e às empresas, tendo o Município ficado aquém daquilo que poderia e deveria ter feito. Na mensagem introdutória do relatório, o senhor Presidente da Câmara Municipal realça como linha estratégica desenvolvida em 2020 um parâmetro que se

intitula “Apoiar quem precisa” que diz o seguinte: “O braço social apoiou quem mais sofreu, as famílias de menores recursos, as instituições de solidariedade, jovens estudantes e o comércio com um conjunto de medidas excecionais. Resguardámos o tecido social e económico do Concelho, ajudando e estando sempre presentes nos momentos mais difíceis desta pandemia.” Pois bem, analisando o parâmetro “Transferências, subsídios e prestações sociais concedidos” neste relatório, constata-se desde logo uma realidade que desmente parte substancial do preconizado nesta nota introdutória. Na rubrica das famílias, verifica-se uma diminuição dos apoios concedidos entre 2019 e 2020 numa variação negativa de mais de 21.000,00€, (vinte e um mil euros) correspondente a 15,8%. Ou seja, em 2019, totalizaram 134.742,00€ (cento e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e dois euros) no apoio às famílias e, em 2020, em plena pandemia, esse valor ficou-se pelos 113.457,00€ (cento e treze mil quatrocentos e cinquenta e sete euros). Relativamente ao comércio e ao tecido económico do Concelho, foram feitas inúmeras propostas, em sede das reuniões de Executivo e de Assembleia Municipal da parte do Partido Socialista, também da parte da CDU, tais como a criação de uma plataforma eletrónica Marketplace para reunir os estabelecimentos comerciais e aproximá-los dos consumidores num período em que estavam compulsivamente encerrados ou com a sua atividade suspensa, ou ainda a disponibilização de *vouchers* para incentivar os valencianos a consumirem no comércio tradicional no período de reabertura para fomentar a retoma da atividade, seriam, entre outras, medidas fundamentais para o nosso comércio que o Executivo Municipal decidiu não implementar, com prejuízo para um setor que deveria e mereceria um apoio robusto, tal a sua importância na economia local. Por isso, podem dizer que não se revêm nas opções políticas adotadas pelo atual Executivo, considerando que é necessária uma política social mais estratégica e consolidada para fazer face às dificuldades dos valencianos.

Noutra secção do documento, “Evolução dos rendimentos”, constata-se que os proveitos do Município representam uma diminuição global de cerca de 2,2 (dois vírgula dois) milhões de euros, justificados maioritariamente pela diminuição da rubrica “Vendas e prestação de serviços e concessões” que, em 2019, teve um valor de quase 2,5 (dois vírgula cinco) milhões de euros e, em 2020, se ficou pelos pouco mais de 900.000,00€ (novecentos mil euros), significando um decréscimo de quase 64% no período coincidente com a entrada em funcionamento da Águas do Alto Minho na gestão da água municipal. Sente-se aqui o impacto negativo da cedência da gestão da água do Município à empresa AdAM, parceria relativamente à qual o PS de Valença sempre se mostrou contra.

No parâmetro “Outros rendimentos”, percebe-se melhor a penalização que o Município sofreu com a decisão de aderir à AdAM, sendo que, em 2019, pela concessão à Águas do Norte, o Mu-



nicípio recebia cerca de 188.000,00€ (cento e oitenta e oito mil euros) da empresa. Em 2020, pela concessão à AdAM, o Município recebeu a irrisória quantia de 12.231,00€ (doze mil duzentos e trinta e uma euros). Nas “Transferências e subsídios obtidos”, há outro fator demonstrativo das opções políticas equivocadas ou da falta de planeamento e estratégia do atual Executivo Municipal e tem a ver com o valor residual recebido relativamente a fundos comunitários. Se em 2019 Valença recebeu 67.347,00€ (sessenta e sete mil trezentos e quarenta e sete euros), em 2020, ficou-se pelos 58.620,00€ (cinquenta e oito mil seiscentos e vinte euros), numa variação negativa de quase 13%. Já em 2017, alertaram que Valença é dos dez concelhos do Alto Minho aquele que menos projetos e de menor valor financiado captou com consequências óbvias para o desenvolvimento e a coesão territorial de Valença. Pelo exposto, disse que o Grupo Municipal do PS votará contra o Relatório de Gestão e Contas de 2020 do Município. Relativamente ao Relatório de Gestão e Contas Consolidado e porque se deve à internalização das contas da Inter-Minho – Sociedade gestora de Parques Empresariais, E.M., irão abster-nos.

**Inês Ferreira:** Começou a sua intervenção dizendo que supõe que vivem em cidades diferentes porque este Executivo é acusado de inação, de não fazer nada durante este último ano e, na declaração de voto da senhora Vereadora Anabela Rodrigues, não se fez nada desde que o PSD está no poder. De acordo com a sociedade de revisão, o Relatório de Gestão Camarário relativo a 2020, diz o seguinte: *“foi preparado de acordo com as leis e regulamentos em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais”*. Desde sempre, neste órgão autárquico afirmou que sobre este documento em análise só poderiam fazer considerações acerca das decisões políticas subjacentes a todos os dados e gráficos. Portanto, será perfeitamente normal o que foi dito pela Vereadora Anabela Rodrigues, pois de facto, o documento reflete as opções políticas do PSD. Foi o PSD que ficou com a responsabilidade, há quatro anos atrás, de gerir o Município e, portanto, coube ao PSD fazer as suas opções. É óbvio que as suas opções não são exatamente iguais às dos restantes Grupos Municipais. Há doze anos no poder, esta equipa que liderou os destinos deste Município sempre pautou a sua ação no cumprimento dos compromissos eleitorais e na consolidação das finanças do Município que, em 2009 se encontravam depauperadas como tantas vezes foi, neste órgão, dito pelo Presidente da Câmara da altura. No ano 2020, considerado para todos os efeitos um ano atípico e revelador de exigências à resposta à crise da saúde pública pensa, que poderiam, com toda a legitimidade, esperar uma execução orçamental débil, porém, não é isso que acontece quando olham para os dados. Pela leitura dos documentos não constata isso. Na página cinquenta e sete do Relatório de Gestão e Contas de 2020, é fornecido um conjunto de indicadores orçamentais dos quais realça a taxa de execução da receita

corrente, 91,11%: A receita de capital é mais baixa, mas teríamos que ver porque é que no ano de 2020, a nível nacional e não só a nível da CIM Alto Minho, quais foram as dificuldades existentes para aceder aos fundos comunitários.

A taxa de execução da despesa corrente foi cerca de 80% e do capital cerca de 70%. No decorrer do ano 2020, ano difícil para quem dirigiu os destinos autárquicos, fizeram-se obras no montante de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros), sendo que 2,2 (dois vírgula dois) milhões destinaram-se à educação, isso está patente na página sessenta e seis. Na página cinquenta e um encontram-se enumeradas todas as obras ou as obras mais emblemáticas do ano 2020. Num ano em que os proveitos do Município diminuíram, pois a feira esteve encerrada, a piscina encerrada, o pavilhão encerrado, os parques gratuitos, as receitas do Município e os proveitos tinham necessariamente que diminuir. E, por tudo isso, o Município apresenta, a nível dos proveitos, uma diminuição de cerca de 2,2 (dois vírgula dois) milhões de euros face ao ano anterior.

Num ano em que para além do valor protocolado com as Freguesias, a Câmara Municipal transferiu 5.000,00€ (cinco mil euros) para fazer face aos custos relativos à pandemia. Num ano em que a Câmara apoiou as famílias com a devolução daquilo que lhe dizia respeito do IRS, o IMI mais baixo, a apoio de 90.000,00€ (noventa mil euros) no pagamento das tarifas fixas de água e saneamento de clientes domésticos e não-domésticos sem esquecer o primeiro objetivo que tiveram desde 2009, que era o equilíbrio das finanças públicas da Autarquia. Portanto, mantém-se o equilíbrio orçamental. Pode ver-se nas páginas quinze e dezasseis os projetos e ações que foram desenvolvidas desde 2017 até 2020. Como podem afirmar que o executivo não fez nada de estruturante. Então, e o alargamento dos parques industriais, a captação de investimento, a requalificação da sede do agrupamento. Todo o parque escolar está neste momento requalificado. E as várias obras que foram feitas nas Freguesias e na sede do Município. É claro, continuou dizendo, que se outros estivessem no poder, teriam feito outras coisas, sem dúvida. Mas foi esta equipa que esteve que foram sufragados há quatro anos atrás e caberá de novo aos munícipes de Valença sufragar estes ou outros que considerem que estão em condições de presidir ao Município nos próximos quatro anos. Acrescentou que se compararem, por exemplo com Caminha, Câmara PS, o prazo de pagamento aos fornecedores é de duzentos e quarenta dias, em Caminha, o PS votou contra o IMI familiar, em Valença devolvem-se rendimentos às famílias. Por tudo isto, reafirmou que não devem estar na mesma cidade.

**Alberto Vilas:** Começou a sua intervenção dizendo que, de facto, não é fácil ser a oposição. E diz isso porque também já o foi e nessa altura também tinham que analisar e discutir os documentos que vinham surgindo ao longo do mandato. E até aconteceu, uma altura, em que o Rela-

tório de Contas e Gestão apresentado não foi apoiado verbalmente, ou seja, nenhum membro da assembleia do grupo do PS se inscreveu para defender as contas naquele ano. Do seu ponto de vista isso não é positivo, não deve ser essa a postura, independentemente de se estar de acordo ou contra o documento devemos sempre dar a opinião para que fique registado e para que fique para memória futura. E, portanto, daí ser um pouco difícil ser oposição, mas torna-se mais difícil quando essa oposição não é coerente e não analisa os documentos de um ponto de vista mais benevolente e só quer analisar do ponto de vista negativo.

Quando se diz que nada se fez naturalmente se perde toda a razão porque, em trezentos e sessenta e cinco dias, certamente houve alguma coisa de bom que esta Câmara Municipal fez, certamente houve decisões que foram positivas mas não há coragem política de dizer “*concordo com isto e discordo com aquilo*”, então, atira-se com um “*nada se fez*”. E o “*nada se fez*” é redundante e naturalmente não abona a quem o produz. E desde logo basta olhar para alguns quadros pois isto é uma conta de gerência, são números reais. A conta de gerência é o repositório de tudo aquilo que foi feito ao longo do ano e, portanto, não há margem para especulação. E na verdade, se se olhar para o mapa das transferências, subsídios e prestações sociais concedidas na página cento e quatro verifica-se que aí há um aumento, desde logo, para as Freguesias.

Julga que ninguém estará descontente com o facto de o Município transferir mais dinheiro para as Freguesias. Não repararam que o Município de Valença transferiu mais 162.000,00€ (cento e sessenta e dois mil euros) para as Freguesias. Depois, efetivamente na rubrica “*Famílias*” há uma diminuição, mas logo a seguir nas “*Transferências de empresas privadas*” que foi um apoio que o Município deu a todos os munícipes titulares de contador de água e no qual distribuiu 90.000,00€ (noventa mil euros), que cada um de nós, titulares de um contador, deixou de pagar à sua proporção. No quadro da página noventa e sete “*Transferências e subsídios correntes obtidos*” quando alguém diz que a Câmara Municipal só segue as linhas do Governo deve ficar boquiaberto quando a DREN (Direção Regional de Educação do Norte) passa de 225.000,00€ (duzentos e vinte e cinco mil euros) em 2019 para 777,00€ (setecentos e setenta e sete euros) em 2020. Existe uma série de coisas que cada um deve analisar com os óculos que muito bem entender, mas se usarem os óculos da realidade será muito mais proveitoso. No mapa comparativo do endividamento bancário entre 2010 e 2020, apesar de tudo o que se fez ao longo deste período, ainda se abateram 152.000,00€ (cento e cinquenta e dois mil euros).

As dívidas a terceiros diminuíram-se 4.900.000,00€ (quatro milhões e novecentos mil euros). O fundo patrimonial aumentou em 31.000.000,00€ (trinta e um mil euros). O resultado líquido aumentou em 740.000,00€ (setecentos e quarenta mil euros), neste ano temos mais de

1.000.000,00€ (um milhão) de resultado líquido. Dever-se-ia olhar cuidadosamente para a página cento e catorze e verificar que quando entraram em 2010, havia uma dívida de 4.167.000,00€, (quatro milhões cento e sessenta e sete mil euros) e o prazo de pagamento era de mais de trezentos e sessenta dias. Em 2020 sabemos que o prazo médio de pagamentos do Município foi de trinta e cinco dias. Este é um grande prazo médio de cobrança que deve orgulhar, não é só o Presidente da Câmara mas a todos os valencianos porque isto é bom para todos os valencianos independentemente da sua opção política. Porque nós temos um Município com contas saudáveis, com contas que se podem mostrar.

**Presidente da Câmara Municipal:** Começou por responder à Sra. Cláudia Labrujó informando que o auto de ocorrência levantado pela GNR foi remetido por esta força policial ao Município, deu entrada nos serviços e agora segue os seus trâmites normais. Em segundo lugar, para deixar um voto de confiança e, ao mesmo tempo, de gratidão à equipa técnica liderada pelo Dr. Hélder Lopes e é a equipa de contabilidade que elaborou o Relatório de Gestão e Contas de 2020, bem como à equipa que o fez chegar às vossas mãos atempadamente porque não é fácil reunir toda esta documentação para que todos possam analisar com tempo.

Mas também para dizer que o Relatório de Gestão e Contas que tem em sua posse não é igual ao que se encontra em posse da oposição, porque por aquilo que ouviu nas intervenções não pode ser o mesmo. É desagradável, depois de tanto esforço para “*equilibrar o barco e levá-lo a bom porto*” assistir a algumas provas de ingratidão nesta Assembleia Municipal e as pessoas não conseguirem fazer uma retrospectiva e analisaram aquilo que aconteceu no passado quando outros eram Governo.

Da análise exaustiva que fez do Relatório de Gestão e Contas afirma que Valença tem boas contas, mantém o investimento público essencial e tem uma boa execução orçamental. Senão veja-se o seguinte: o Município registou, em 2020, uma execução da receita na ordem dos 82%, na despesa teve uma taxa de execução que ronda os 80% e, num ano atípico, como foi o de 2020, quando não se estava preparado para tudo aquilo que ocorreu a partir de 15 de março de 2020, pois o orçamento para 2020 foi elaborado em 2019. Há uma coisa que se deve ter em conta, é que a taxa de execução, quer na despesa, quer na receita, foi das melhores dos últimos anos. Referiu, alguns exemplos, como a poupança corrente que é de 1,7 (um vírgula sete) milhões de euros, o saldo de gerência para o ano seguinte é de 1.019.000,00€ (um milhão e dezanove mil euros), reduziu-se em 312.000€ (trezentos e doze mil euros) o endividamento de curto prazo face a 2019, aumentou-se em 4,1 (quatro vírgula um) milhões de euros o ativo municipal face a 2019, o prazo médio de pagamento, passou de trinta para trinta e cinco dias, ou seja, cinco dias num

ano atípico. Continuou-se com uma política de impostos baixos, com a devolução da totalidade de IRS, passou-se de 3,5% para 5%, mantiveram-se os restantes impostos municipais nos mínimos do país, o IMI e o IMI familiar; manteve-se a política de descontos nas taxas de licenças municipais, os descontos nas taxas de urbanização podem chegar até aos 95%; reforçou-se o apoio em número e valor das bolsas de estudo, foram apoiados noventa e quatro estudantes em 2020, no montante total de 49.850,00€ (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta euros). No corrente ano foram apoiados cento e três estudantes num valor na ordem dos 60.000,00€ (sessenta mil euros). Questionou se isto não é apoiar as famílias, o ensino e a educação, o que é?

Relembrou que há um ano atrás foi reposta a iluminação pública toda a noite. Iluminação que é paga pelo Município e paga na ordem do 500.000,00€ (quinhentos mil euros) à EDP. Na educação gastou-se cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros). O maior investimento feito foi na Escola Secundária Muralhas do Minho, 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros), uma obra com um investimento de 3.600.000,00€ (três milhões e seiscentos mil euros), feito com uma candidatura e fundos próprios do Município. Levou-se a cabo a segunda maior obra de Valença em termos de educação. Para os transportes escolares foram 237.000,00€ (duzentos e trinta e sete mil euros), para as AEC's – 82.000,00€ (oitenta e dois mil euros), para as refeições escolares, 117.000,00€ (cento e dezassete mil euros), para as atividades pedagógicas e animação – 8.000,00€ (oito mil euros), para o apoio ao agrupamento 143.000,00€ (cento e quarenta e três mil euros) tudo isto é investimento na educação. Foram investimentos que a Câmara Municipal fez em prol da juventude e da educação do Concelho. Quanto ao pessoal não docente, disse que o rácio financiado é insuficiente, diariamente os diretores das escolas pedem mais gente de apoio. O Governo para esse pessoal não docente transferiu para o Município 1.433.000,00€ (um milhão quatrocentos e trinta e três mil euros), mas o Município desembolsou 503.000,00€ (quinhentos e três mil euros) para pagar aos restantes funcionários que vão além dos rácios impostos pelo Governo. Na ação social gastou-se 122.000,00€ (cento e vinte e dois mil euros), na ação social escolar, na comparticipação do pagamento das refeições, na aquisição das fichas escolares, no material escolar para o 1.º e 2.º Ciclo. Durante as férias escolares o Município preocupou-se com os alunos que não tinham ou que estavam identificados em que podiam ter dificuldades de alimentação em casa e forneceu-lhes a alimentação. Foram integrados com contratos a termo, três pessoas com deficiência. Em relação ao Ordenamento do Território terminou em 2020 a 4.ª fase da requalificação do Centro Histórico. No saneamento gastaram-se cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) em parceria com a AdAM. Em termos de abastecimento de água está a fazer-se um investimento de mais de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) que contempla a substituição toda da tubagem da Nacional 101 desde o restaurante Merendola até à freguesia de Fri-

estas. Tudo isto seria impossível, se não estivéssemos integrados num sistema multimunicipal pois os financiamentos do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – apenas vêm para os municípios associados.

Em 2020 em termos de receitas o Município deixou de receber cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), porque, considerando a situação pandémica surgida, para a qual ninguém estava preparado, a Câmara Municipal isentou do pagamento das taxas de terrado da feira, deixou de receber a receita da piscina, dos parques de estacionamento, a licença de ombreiras e padieiras, a isenção das esplanadas, a isenção das rendas das casamatas e a isenção total de início e depois uma redução de 50% das rendas dos bairros sociais.

Mas além de terem diminuído as receitas, a Câmara Municipal teve que cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros) em equipamentos, em apoio social, em apoio às escolas, apoio na compra dos computadores e dos *tablets*, substituindo-nos ao Governo. Foram despesas não previstas.

**José António Nogueira:** para deixar uns breves apontamentos. Começando pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que há que dizer o que está bem e o que está mal, é o que fazem na Assembleia, votam a favor o que acham que está bem, votam contra aquilo que acham que está mal, se acham que nem está bem nem que está mal, abstêm-se. Quanto à atribuição de mais dinheiro para as Freguesias é compreensível pois aproximam-se as eleições e como não há um programa integrado, não se pensa em ir buscar dinheiro ao não ser ao bolso dos valencianos. Perguntou porque é que as Muralhas não hão-de estar fechadas e pagar como qualquer monumento nacional? Quantas pessoas é que entram? Se multiplicarem esse número por 5,00€ (cinco euros) veja-se o rendimento que o Município podia ter. Quanto ao que foi comentado sobre os resultados do que fizeram estar à vista disse que tanto estão à vista que um Vereador foi embora, por algum motivo foi. Os resultados que estão à vista para si são insuficientes. Questionou o senhor presidente da câmara se acha que os benefícios que a sua governação trouxe superam os prejuízos que causou. Em relação à AdAM perguntou quanto custa a reversão. Qual o preço que os valencianos têm que pagar por essa aventura descabelada.

Depois, disse que o Partido Socialista devia esclarecer porque é que votou de uma maneira em 2019 e votou de outra maneira em 2020. Reafirmou que não há, efetivamente, uma aposta no futuro de Valença e esta inação faz com que se vá atrás do que outros fazem, exemplificando com a intenção de Vila Nova de Cerveira e Tomiño fazerem um parque verde entre as duas localidades e Valença veio logo lançar um projeto de ideias a dizer que também quer fazer com Tui. Não é que seja má ideia mas vamos sempre atrás dos outros.

Finalmente, para dizer que a sua perspectiva política não é a mesma que a dos restantes membros, que como vota politicamente um documento, por muito certo que ele esteja a nível contabilístico, tem o direito e o dever de exprimir a sua opinião e, conseqüentemente, votar contra. Aliás, fazer comparações entre 2010 e atualmente não considera justo porque entretanto, foi publicada legislação a obrigar as Câmaras Municipais a pagar a menos tempo.

Os membros Cláudia Labrujó e Óscar Silva prescindiram do exercício da réplica.

**Inês Ferreira:** Para dizer que é incrível a ideia de cobrar 5,00€ (cinco euros) a quem entre na Fortaleza. Agora com a candidatura a Património da Humanidade, tão defendida nesta Assembleia, é que vai pôr-se um cobrador e cada turista que entre vai pagar 5,00€ (cinco euros). Nesse caso os turistas iriam para as vilas vizinhas. Disse também não concordar com o que dito pelo interveniente anterior que Valença vai atrás dos outros e recordou que Valença foi o primeiro, na zona, a constituir uma Eurocidade, não copiou de nenhum município vizinho, foi projeto de Valença. E quanto à legislação que obrigou a reduzir o tempo de pagamento aos fornecedores perguntou se não se aplica também a outras câmaras. Referiu, como exemplo, a Câmara de Caminha, liderada pelo Partido Socialista, que tem uma dívida global de 23.000.000,00 (vinte e três milhões de euros). Deixou a pergunta se a legislação relativamente à capacidade de endividamento não é igual para todos.

**Presidente da Câmara Municipal:** Para dizer que só fazem a comparação de Valença com outras câmaras municipais naquilo que lhes interessa. Por é que não comparam por exemplo a taxa de IMI de Valença com a de Caminha, em que em Valença, os urbanos pagam o mínimo permitido por lei a nível nacional que é de 0,30 e em Caminha pagam o máximo permitido por lei que é de 0,42 e isto tem a ver com o endividamento da autarquia. A Fortaleza de Valença é o monumento mais visitado do Alto Minho e lamenta que, se nas próximas eleições autárquicas o partido do Sr. Dr. José António Nogueira chegar a governar a Câmara ter que pagar 20,00€ (vinte euros) por dia para entrar dentro da Fortaleza, isto se lá for quatro vezes ao dia. Espera que essa ideia não tenha continuidade porque se o que se pretende é trazer gente a Valença e ter visitantes, pessoas que desenvolvam o comércio local, a hotelaria. Querem no Concelho muitos visitantes, muitos turistas, muitas pessoas que tragam riqueza e muitos empreendedores que invistam na Zona Industrial e criem postos de trabalho.

**José António Nogueira:** Disse que ele e o Presidente estão de acordo com o facto de Valença ter que obter receitas sem onerar os valencianos. A taxa de permanência dos turistas em Valença anda na casa de 1.4 dias. Tem que se criar fatores de atratividade para que fiquem em Valença. A taxação da entrada das Muralhas aos não residentes, seria de 5,00€ num dia, e se prolongarem

a estadia, passaria a ser de 1,00€. Desta forma os valencianos não ficarão onerados. E por outro lado, também constata que não se vê publicidade de Valença por nenhum lado. Vê-se publicidade de Monção e de Melgaço, mas não de Valença. Perguntou a razão de não se taxarem as dormidas. Valença precisa de receitas, de progresso. O Castelo de Guimarães que é Património da Humanidade paga-se para lá entrar. Perguntou, ainda, qual a razão de não se recuperarem os fortes de terra que fazem parte do património de Valença. Porque é que não se criam outras rotas turísticas. Porque é que não se aposta decisivamente no turismo. E esse dinheiro iria servir para a ação social que não é devidamente apoiada e para entregar na totalidade 2.000,000,00€ (dois milhões de euros) pelas Freguesias. Isso é dar dinheiro às Freguesias, é descentralizar, ter o poder local como fulcro de toda a atividade da cidadania. Terminou perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se ainda acha uma loucura taxar a entrada nas Muralhas ou está disposto a reconsiderar.

**Presidente da Câmara:** Para dizer ao senhor Dr. José António Nogueira que foi Presidente de Junta, e que também esteve sujeito a uma governação de cor diferente e sabe quanto passou para gerir os parques trocados que o Município ia dando às Juntas de Freguesia. E se as Juntas tiveram apoio e transferências de verbas para as obras que executam foi nestes doze anos com o PSD. Andaram no terreno e apoiaram os Presidentes de Junta no seu dia-a-dia. Em oito anos que foi Presidente de Junta, teve a visita do Presidente da Câmara uma vez. Desde que faz parte do executivo camarário não passa nenhuma semana sem ir duas ou três vezes a todas as Freguesias. Essa é a diferença. O contacto com as pessoas no dia-a-dia é muito importante, não gosto de papéis nem do gabinete, gosta do contacto das pessoas e saber quais são os problemas. Para si isso é que é importante, isso é que é fazer política.

## PONTO 2º - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020

**Presidente da Assembleia Municipal:** Num universo de 25 (vinte e cinco) Membros, obteve-se o seguinte resultado: seis votos contra, uma abstenção e dezoito votos a favor. O ponto em discussão foi aprovado por maioria. \_\_\_\_\_

## PONTO 3º PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2021

**Presidente da Assembleia Municipal:** Num universo de 25 (vinte e cinco) Membros, obteve-se o seguinte resultado: um voto contra, seis abstenções e dezoito votos a favor. O ponto em discussão foi aprovado por maioria



**PONTO 4º NOMEAÇÃO DE AUDITO EXTERNO PARA 2021**

**Presidente da Assembleia Municipal:** Inscreverem-se neste ponto da ordem de trabalho os Membros José António Nogueira e Óscar Silva, Inês Ferreira.

**José António Nogueira:** Para dizer que no ano passado, a nomeação do auditor externo veio à sessão de setembro, por norma vem à sessão de junho e por isso gostava de saber porque é que, no ano passado, houve uma dissonância relativamente à data. Depois, para perguntar ao senhor Presidente, quando é que pensa ou se pensa abrir um concurso para auditor externo independentemente de estar ou não estar satisfeito com este auditor externo. Na sua opinião já está aqui há demasiado tempo e julgo que o Município poderia poupar dinheiro se lançasse um concurso. Desde que estejam inscritos e não tenham qualquer processo disciplinar acha que qualquer revisor oficial de contas pode fazer este trabalho.

**Óscar Silva:** Disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista irá favoravelmente a nomeação da sociedade Lopes Vinga, Artur Moreira & Associados. Deixou, no entanto, uma consideração é que apesar de o procedimento ser legal, podia adotar-se a metodologia de solicitar vários orçamentos para perceber se o Município poderia ou não poupar algum dinheiro com a prestação deste serviço.

**Presidente da Câmara Municipal:** Para dizer que o auditor externo que vem a votação a esta sessão é o mesmo que estava no Município quando tomaram posse em 2009. Como bem referiu o Dr. José António Nogueira, desde que não tenham qualquer processo disciplinar na Ordem e cumpram atempadamente com as suas obrigações, quase todos cobram este montante.

Tendo os intervenientes prescindiram da réplica o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto a votação. Num universo de 23 (vinte e três) Membros o ponto em discussão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia Municipal:** Dizer que a agenda de trabalhos está concluída. \_\_\_\_\_

Com esta contextualização o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Primeira Secretária a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 23 (vinte e três) Membros aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram dezasseis horas. \_\_\_\_\_

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por trinta e quatro páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Chefe da Divisão Administrativa Geral que a redigiu. \_\_\_\_\_

<b>Apoio à Assembleia Municipal</b> <b>A Chefe da Divisão Administrativa Geral,</b>	<b>Assembleia Municipal de Valença</b> <b>O Presidente,</b>
Paula Mateus	Alberto Luís de Oliveira Vilas